

*A Pierre Fédida, que acolheu com ternura o negativo em psicanálise*

# O lugar de ninguém: ausência e linguagem na situação analítica

Nelson da Silva Junior

A hipótese de uma homologia entre o *inquietante*, desencadeado pela heteronímia, e a situação psicanalítica é a base de algumas proposições sobre a implicação da alteridade na estrutura da linguagem, segundo a experiência analítica.

*Rosa, oh contradição pura,  
Volúpia de ser o sono de ninguém  
sob tantas pálpebras*

R. M. RILKE

**E**m outro trabalho<sup>1</sup>, apresentei a hipótese de que o *inquietante* (*das Unheimliche*) desencadeado pela heteronímia pode ser considerado como homólogo à situação psicanalítica. Diferentemente de uma relação de analogia, a homologia implica que seus elementos tenham uma mesma origem, um mesmo *antepassado*. A hipótese de uma homologia entre a heteronímia e a situação analítica visa examinar as condições de possibilidade e a estrutura da suspensão do juízo de realidade comum a ambas. Em Fernando Pes-

soa, tal suspensão da realidade se encarna na incerteza avassaladora quanto à própria subjetividade enquanto entidade real. Ao ler sua obra, a incômoda possibilidade de revelação de um fundo igualmente ilusório de nossa subjetividade nos ameaça sorrateiramente. Em outros termos, a experiência de sua leitura evoca sistematicamente a questão da *natureza* de nosso Eu: – éramos tão familiares a nós mesmos até então, mas eis que uma dúvida a respeito de nossa própria realidade subi-

**Nelson da Silva Junior:** é psicanalista, professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, Doutor pela Universidade Paris VII, publicou *Le fictionnel en psychanalyse. Une étude à partir de l'œuvre de Fernando Pessoa*. Villeneuve d'Asq : Presses Universitaires du Septentrion, 2000.

tamente se impõe sem mediações. Pertenceríamos na verdade ao domínio da ficção? A obra de Fernando Pessoa nos revela a todos, com efeito, como igualmente ameaçados pelo retorno de uma ficção como ficção. Seríamos na origem, pois, todos simplesmente “falsos”? Nossa origem fictícia seria o conteúdo rechaçado ou ultrapassado de nossa identidade, conteúdo esse evidenciado pelo inquietante desencadeado pela heteronímia?

A exploração psicanalítica do inquietante em Fernando Pessoa será aqui realizada a partir de Winnicott, Lacan e Fédida. Com base na hipótese da homologia de ambas as experiências, trata-se aqui, especificamente, da proposição de vértices de reflexão sobre a insólita implicação da alteridade na estrutura da linguagem segundo a experiência analítica.

### **Um sujeito aberto em sua origem: o “verdadeiro-self”, segundo Winnicott**

Como se sabe, Winnicott empregou o termo “falso-self” para designar pacientes que, segundo ele, jamais experimentaram o sentimento de sua própria existência. Assim, o acesso ao sentimento de ser nem sempre se realiza. O chegar à existência supõe, segundo Winnicott, a ajuda de uma mãe suficientemente boa, que seja capaz de introduzir seu filho na presença do mundo. É a partir de tal papel primordialmente ontológico atribuído à mãe, que Winnicott pode afirmar que o bebê não existe. De fato, ele não possui senão uma existência virtual, e não é mais do que uma possibilidade a se fazer, ainda não estando ligado ao mundo factual e dele tampouco estando separado como indivíduo. O processo de constituição da relação do bebê com um mundo – enquanto construção de categorias do tempo e do espaço – é nomeado por Winnicott como “integração”.

É a partir  
do *primordialmente*  
*ontológico*  
atribuído à mãe  
que Winnicott  
pôde afirmar:  
“o bebê  
não existe”.

Uma mãe suficientemente boa seria capaz de se identificar com o bebê ainda não integrado, e, não obstante, sensível a todas as suas necessidades. Essa mãe é, pois, simultaneamente integrada e não-integrada, ou, se se quiser, existente e não-existente, no sentido que Winnicott atribui ao termo. Em um segundo momento – de fato já incluso no sentido winnicottiano de cuidado maternal – tal mãe progressivamente introduz intervalos de tempo entre a necessidade de seu bebê e sua resposta. Esses intervalos serão mensurados e adaptados à maturidade da criança, que poderá então constituir tranqüila e secretamente o espaço de uma solidão, lugar não espacial do psiquismo enquanto psiquismo.

O “nascimento ontológico” do bebê, o passo entre o estado de não-existência e o acesso ao ser, é então acompanhado por essa mãe. E a possibilidade sempre aberta des-

se passo será também a sutil familiaridade com a inexistência desenvolvida pelo bebê. Winnicott denominará “self” tal familiaridade com a passagem entre inexistência e existência. A idéia de self implica, pois, a abertura entre a face obscura e a face luminosa do existir. De início, o self estende-se entre dois “corpos”, uma vez que se desdobra entre o bebê como a sombra e sua mãe como sombra e luz de uma fenda aberta neste encontro<sup>2</sup>. O self não deve, pois, ser compreendido como identidade consigo mesmo, como correspondência entre o Eu e a representação que ele faz de si mesmo. Trata-se, antes disso, da área do brincar na qual a realidade se faz possível. O self é inseparável, pois, do poder brincar nessa área transicional entre o ser e o nada. Nesse sentido, o brincar precede e torna possível a realidade, e, inversamente, a realidade é uma aquisição secundária, condicionada pela capacidade de brincar.

O self não se ocupa da mãe, não se identifica ao que ela espera de seu bebê. Esse momento psíquico é o de uma existência sem auto-representação e sem reflexão. O self não segue a lógica do espelho e se dá em um tempo aquém da representação, não sendo, pois, jamais idêntico a si mesmo. O sujeito, aqui, não é afetado nem pela necessidade de se opor ao objeto, nem pela de se “manter em conjunto”. Poder-se-ia talvez falar de um “co-pertencimento” entre o prazer e o gesto esboçado.

A questão da falsidade, Winnicott a compreende a partir do falso-self, um estado resultante das experiências primordiais infantis de falta e das tentativas de suprir a mãe na fase de integração. Tais experiências de privação impossibilitaram o brincar da criança no abismo entre a inexistência e a existência. Uma integração precoce e precária foi experimentada: o falso-self está na origem tanto de um falso mundo como de uma falsa solidão. Segun-

do Winnicott, o verdadeiro e o falso *self* não são uma nosografia tipológica. Tal falso-*self* se apresenta de modo “normal” nos indivíduos neuróticos, bem como nos psicóticos, com uma função protetora em ambos os casos<sup>3</sup>.

Ora, tudo isso vem sugerir uma certa inadequação da noção de falso-*self* a Fernando Pessoa, a despeito de sua poética fundar-se sobre uma teoria própria do fingimento<sup>4</sup>. Isto se torna particularmente claro na crítica de Bernardo Soares a Amiel<sup>5</sup>, onde a ficção, tal como o brincar winnicottiano, precede a realidade. Porém, diferentemente deste, a ficção em Pessoa não torna possível a realidade como tal, mas tão-somente como *outra espécie* de ficção: “Disse Amiel que uma paisagem é um estado de alma, mas a frase é uma felicidade frouxa de sonhador débil. (...) Ver é talvez sonhar, mas se lhe chamamos ver em vez de lhe chamarmos sonhar é que distinguimos sonhar de ver. (...). Mais certo era dizer que um estado da alma é uma paisagem; haveria na frase a vantagem de não conter a mentira de uma teoria, mas tão-somente a verdade de uma metáfora”<sup>6</sup>. Pessoa não confunde realidade e ficção – *distinguimos sonhar de ver* –, sem, contudo, contrapor realidade e ficção – *ver é talvez sonhar*. Como compreender isto?

### O engano bem-sucedido do bebê lacaniano e a mãe morta de Bernardo Soares

Antes de esboçar uma resposta, retomemos outra reflexão sobre a falsidade em psicanálise. Lacan apresenta a figura da mãe insaciável como causa de uma *falsidade originária do ego*:

“A etapa crucial se encontra logo antes do Édipo, entre a relação primeira da qual hoje parti, e que fundamentei para vocês, a da frustração primitiva, e o Édipo. É a etapa em que a criança se envolve

na dialética intersubjetiva do engodo. *Para satisfazer o que não pode ser satisfeito, a saber, esse desejo da mãe que, em seu fundamento, é insaciável, a criança, por qualquer via que o faça, se engaja na via de fazer-se ela própria objeto-enganador. Esse desejo que não pode ser satisfeito, trata-se de enganá-lo.* É precisamente enquanto ele mostra a sua mãe o que não é, que se constrói o encaminhamento em torno do qual o eu se apossa de sua estabilidade. Enquanto se faz objeto para enganar, a criança se encontra engajada em face do outro em uma posição em que a relação intersubjetiva está inteiramente constituída. Não é simplesmente um engodo imediato, tal como o que se produz no reino animal, onde se trata, para aquele que se orna de cores em ostentação, de erigir toda a situação ao se produzir. Ao contrário, o sujeito supõe no outro o desejo. É um desejo em segundo grau que é preciso satisfazer,

Uma integração precoce e precária foi experimentada: o falso-*self* está na origem tanto de um falso mundo como de uma falsa solidão.

e, sendo um desejo que não pode ser satisfeito, só se pode mesmo enganá-lo”<sup>7</sup> (itálicos nossos).

Diante do desejo insaciável da mãe, e sem outra saída, o bebê se faz falso, enganador. Essa criança está obrigada a ser um engodo, obrigação que se estabiliza pelo próprio êxito obtido no engano da mãe. De tal ponto de vista, pode-se até mesmo considerar que o engano do bebê em questão não está totalmente privado de valor afetivo, já que ele funciona como uma espécie de objeto transicional para ambos, destinado a aplacar o sono da mãe, como também o da criança: a criança se transforma em mãe de sua mãe, a fim de embalar a criança desamparada que percebe nesta última. Uma vez que esse embalar a quem embala e que essa insólita cantiga de ninar obtêm de fato certo sucesso, tal *criança-mãe* se instala e adquire permanência. O espelho, assim como a permanência do eu em torno de certas representações, seriam precedidos por essa mãe, na verdade saciável mediante certa maestria da arte do engano. A criança enganadora é assim um modo de subjetivação interior à ordem do representável, precisamente aquele representável que se constrói *a partir de e para* o olhar do outro. Essa lógica, para que funcione, supõe, com efeito, uma simetria entre o sujeito e o outro, fonte de um olhar enganado.

Nesse sentido, surge igualmente aqui uma dificuldade de se compreender a falsidade pessoana a partir da criança de que fala Lacan. Somos afetados por outro *desassossego* pelo viés da heteronímia. A “falsidade originária” do eu, isto é, seu caráter radicalmente falso segundo Lacan, não parece coincidir com esse conteúdo supostamente *rechaçado* ou *ultrapassado*, tempo de um engodo ontológico cujo retorno desencadearia em nós um sentimento de inquietante familiaridade.

Qual seria, pois, o tempo desse engodo imemorial? Qual seria o tempo de uma falsidade ainda mais

Qual seria o tempo de uma falsidade ainda mais antiga do que a falsidade intrínseca à identidade do eu?

antiga do que a falsidade intrínseca à identidade do eu? Com efeito, é dessa identidade da criança-mãe que carece, precisamente, Pessoa. A heteronímia poderia muito bem ser definida como uma instabilidade da função do eu, que “salta” de um grupo de representação a outro, sem se fiar em nenhum deles. Essa criança de que se tratava em Pessoa jamais se convenceu de ter chegado a enganar o desejo insaciável da mãe, pois de súbito esse desejo se apresenta a ela como mais radicalmente insaciável do que aquele com que se confronta o bebê lacaniano. Tomemos, por exemplo, Bernardo Soares, de seus semi-heterônimos o mais espontâneo e autor do *Livro do desassossego*<sup>8</sup>. Esse personagem-autor se apresenta como enganador decadente, sem mais o vigor de querer enganar o seu público. O espelho jamais se coloca realmente para ele: seu lago de Narciso se revela exaurido e só faz refletir o semblante enigmático de outro que se posicionaria já para além de toda comunicação:

“Bem sei que é fácil formar uma teoria da fluidez das coisas e das almas, compreender que somos um decurso interior de vida, imaginar que o que somos é uma quantidade crescente, que passamos por nós,

que fomos muitos... Mas aqui há outra coisa que não o mero decurso da personalidade em entre as próprias margens: há um outro absoluto, um ser alheio que foi meu. Que perdesse, com o acréscimo da idade, a imaginação, a emoção, um tipo de inteligência, um modo de sentimento – tudo isso, fazendo-me pena, não me faria pasmo. Mas aqui assisto quando me leio como a um estranho? A que beira estou se me vejo no fundo?”<sup>9</sup>

Em uma inversão bastante surpreendente em relação ao texto freudiano *O Inquietante* – em que o duplo possui certo poder de desencadear esse sentimento, trata-se aqui antes da ausência de um duplo –, ocasionalmente aquele de quem a imagem especular pode ser apoio à função de reconhecimento – que desencadeia um sentimento inquietante<sup>10</sup>. Uma via se mostra aqui persistentemente, a de um narcisismo em falta em Pessoa – aquele de uma impossível apropriação de si mesmo. Com efeito, do ponto de vista do grande *desassossego* de Pessoa, a idéia de um “duplo” não é aceitável. É que na ausência de um fundo que garanta a comunicação na estrutura da linguagem, a palavra não pode sustentar a simetria suposta pelo duplo. Mas se o duplo não pode ser inquietante em si, por que a sua ausência o seria? Com efeito, um sentimento inquietante se justificará, nestas condições, somente e somente se esta ausência puder ameaçar nosso cotidiano assim como um fantasma. A ausência de duplo – cujo estatuto de alteridade ultrapassável, segundo Lévinas, dá lugar ao aparecimento de uma alteridade absolutamente outra<sup>11</sup> – teria também uma dinâmica temporal: recalcada no passado, ela volta à força no presente. Em outras palavras, a ausência de um duplo e, a *fortiori*, a impossibilidade de toda intersubjetividade, seria por nós considerada como algo superado e pertencente ao passado.

“Cheguei hoje, de repente, a uma sensação absurda e justa. Reparei, num relâmpago íntimo, que não sou ninguém. Ninguém, absolutamente ninguém. Quando brilhou o relâmpago, aquilo onde supus uma cidade era um plaião deserto; e a luz sinistra que me mostrou a mim não revelou céu acima dele. Roubaram-me o poder de ser antes que o mundo fosse. Se tive que reencarnar, reencarnei sem mim, sem ter eu reencarnado. Sou os arredores de uma vila que não há, o comentário prolixo a um livro que não se escreveu. Não sou ninguém, ninguém. Não sei sentir, não sei pensar, não sei querer. Sou uma figura de romance por escrever, passando aérea, e desfeita sem ter sido, entre os sonhos de quem me não soube completar. Penso sempre, sinto sempre; mas meu pensamento não contém raciocínios, a minha emoção não contém emoções. Estou caindo, depois do alçapão lá em cima, por todo o espaço infinito, numa queda sem direção, infinitupla e vazia. Minha alma é um maelstrom negro, vasta vertigem à roda de vácuo, movimento de um oceano infinito em torno de um buraco em nada, e nas águas que são mais giro que águas bóiam todas as imagens do que vi e ouvi no mundo – vão casas, caras, livros, caixotes, rastros de música e sílabas de vozes, num rodopio sinistro e sem fundo.

“E eu, verdadeiramente eu, sou o centro que não há nisto senão por uma geometria do abismo; sou nada em torno do qual este movimento gira, só para que gire, sem que esse centro exista senão porque todo o círculo o tem. Eu, verdadeiramente eu, sou poço sem muros, mas com a viscosidade dos muros, o centro de tudo com nada à roda. E é, em mim, como se o inferno ele-mesmo risse, sem ao menos a humanidade de diabos a rirem, a loucura granada do universo morto, o cadáver rodante do espaço físico, o fim de todos os mundos fluando negro

ao vento, disforme, anacrônico, sem Deus que o houvesse criado, sem ele mesmo que está rodando nas trevas das trevas, impossível, único, tudo. Poder saber pensar! Poder saber sentir! Minha mãe morreu muito cedo, e eu não a cheguei a conhecer...”<sup>12</sup>

Eis a figura que nos servirá de guia em nossa análise da linguagem em situação analítica. Evidentemente Soares não fala aqui de sua mãe real, que, aliás, ele jamais teve. Trata-se, antes disso, da mãe enquanto potência de ligação à realidade, da mãe que transforma um pensamento em *meu pensamento*, que, no seu caso, jamais foi conhecida. A morte a levou antes da queda de seu bebê na existência, condenando-o a “subsistir” eternamente nos limbos flutuantes de um “poço sem muros, mas com a viscosidade dos muros, o centro de tudo com nada à roda”.

### **Da mãe morta à impossibilidade da transferência. Distinção de alteridades**

Se a inquietante familiaridade da ficção pessoana constitui-se não somente a partir do fato de que a realidade é posta entre parênteses, como também pela dissolução da oposição entre ficção e realidade, pode-se talvez pensar que sua diferença seja a *ficcionalização* da realidade, isto é, a experiência de que a realidade se torna ela mesma ficcional. Mas a ficção está sempre dirigida ao outro, a pintura constrói seu espectador como o poema evoca seu interlocutor<sup>13</sup>. Bernardo Soares nomeia acima a ausência de um “outro” nessa situação – “minha mãe morreu muito cedo, e eu não a cheguei a conhecer” – isto é, um espectador ausente como parte da ficcionalidade sem medida na qual vive. Define-se aqui uma nova faceta da *Unheimlichkeit* pessoana a partir de certa modalidade de ausência do outro. Entretanto, para

compreender a especificidade desta ausência, será preciso fazer a distinção entre três tipos de alteridade, distinção se opera pela negatividade específica que afeta cada uma delas.

O bebê se faz enganador a partir do desejo insaciável da mãe, o que supõe um leito prévio de desejo e, portanto, a existência de uma mãe desejante. Essa mãe, por assim dizer, saciável pelo engodo, existe enquanto representante abordável da alteridade. A mãe “histericamente insaciável” está sempre pronta a concluir pactos e negócios, daí a variedade de tipologias e a diversidade das formas exteriores dos bebês-mães. *Essa mãe “histericamente insaciável”, isto é, suscetível de ser enganada, vem a ser o primeiro tipo de alteridade.* O “outro”, para cada bebê, se encontra aqui bastante visível e preservado, e, portanto, solidamente assentado em seu *status quo* real e presente na cena do engodo, ainda que na posição de simplória vítima de um logro...

O medo infantil de ser engolido por um monstro é o traço bastante vivo dessa alteridade perigosa pelo excesso de seu desejo. Em face de tal avidez, o bebê enganador se empenha na arte da prestidigitação e da hipnose, bem como em qualquer outra atividade soporífica. Potencialmente é um grande sedutor, já que desde o início atribui ao outro o caráter de presença cobiçada que se trata de cativar... Pode-se compreender melhor esse tipo de alteridade a partir do duplo ausente, constitutivo da transferência. “Ausente” que, enquanto figura da repetição na transferência, não deve, bem entendido, ser confundido com a “ausência”, que seria antes a negatividade implicada na escuta do ausente, negatividade a partir da qual se define a presença do analista<sup>14</sup>.

Ora, a partir da ausência do espelho, a “marca” pessoana será, por sua vez, não só a de uma espontaneidade malograda – que, em Winnicott, seria supostamente constitutiva do verdadeiro *self* –, mas também a da impossibilidade de um

engano minimamente bem-sucedido. O “momento” pessoano da ausência do espelho designa a impossibilidade de um engodo da mãe insaciável, lá onde esse engodo ainda é possível para o bebê enganador.

A mãe morta de Soares é verdadeira e decididamente insaciável se comparada à mãe “histericamente insaciável” de Lacan. *A mãe morta é o segundo tipo de alteridade*, alteridade que só preserva de outrem os seus traços mortos, suas relíquias imperecíveis, como os ossos e os cabelos.

Em vista de seu desvio face à primeira forma de alteridade, o bebê pessoano não tem tantas chances como seu “colega” lacanianiano. Nada de brincadeiras de luz e sombra, nada de esconde-esconde, nada de *Fort-da*, nada de enganos jubilatórios. A mãe morta jamais alcançou a condição de se tornar um ausente, o que terá conseqüências fatais para esse bebê, a saber, a impossibilidade

O bebê  
se faz enganador  
a partir do  
desejo insaciável  
da mãe, o que supõe  
um leito  
prévio de desejo  
e, portanto,  
a existência  
de uma mãe  
desejante.

de se constituir uma transferência. Tudo se passa como se a mãe do bebê pessoano jamais tivesse estado em condições de fornecer uma satisfação alucinatória do desejo, como se ela jamais tivesse podido se deixar seduzir pela presença, pelo maternal presente reinventado por seu filho, e a continuidade temporal que ele vivencia então não é nada mais que um eterno vazio imóvel, no qual o devir e mesmo a finitude são impossíveis.

Tanto a mãe “histericamente insaciável” do bebê enganador, como a “mãe morta” do bebê pessoano dão à luz a bebês não-nascidos. Mas trata-se de não-nascimentos de ordem diversa e, de certo ponto de vista, suas cicatrizes chegam a ser contrárias. As do falso-*self*, onde a criança é chamada a um nascimento demasiado precoce, deixam nele traços visíveis de tal atropelamento do tempo: ele procura desesperadamente nascer, assim como ele busca desesperadamente o “verdadeiro” encontro com uma mãe (suficientemente boa, talvez?). A cicatriz em negativo do bebê pessoano é, por sua vez, a de um nascimento esquecido, ausência de toda promessa de vida, possibilidade que nunca abandonou seu espaço meramente virtual, espera sem esperança de uma vida deixada na prateleira empoeirada de um alguém do mundo. Essa cicatriz em negativo está inscrita em um tempo pré-inaugural, negação mais antiga que o próprio nada:

“Acontece-me às vezes, e sempre que me acontece é quase de repente, surgir-me no meio das sensações um cansaço tão terrível da vida que não há sequer hipótese de acto com que dominá-lo. Para o remediar o suicídio parece incerto, a morte, mesmo suposta a inconsciência, ainda pouco. É um cansaço que ambiciona, não o deixar de existir – o que pode ser ou pode não ser possível –, mas uma coisa muito mais horrorosa e profunda, o deixar de sequer ter exis-

tido, o que não há maneira de poder ser.

“Creio entrever, por vezes, nas especulações, em geral confusas, dos hindus, qualquer coisa desta ambição mais negativa do que o nada. Mas ou lhes falta a agudeza de sensação para relatar assim o que pensam, ou lhes falta a acuidade de pensamento para sentir assim o que sentem. O fato é que o que neles entrevejo não vejo. O fato é que me creio o primeiro a entregar a pala-

**A** mãe morta  
jamais alcançou a  
condição de se  
tornar um ausente, o  
que terá  
conseqüências fatais  
para esse bebê:  
a saber, a  
impossibilidade de  
constituir uma  
transferência.

tras o absurdo sinistro desta sensação sem remédio.(...) escrevo como quem dorme, de toda a minha vida é um recibo por assinar”<sup>15</sup>.

Duas temporalidades completamente distintas regem, então, esses dois não-nascidos. O bebê enganador lacaniano é decididamente escatológico, ou seja, deixa-se guiar pelos fins possíveis, conhecendo com perfeição a linha de Cronos, o que lhe permite “perseguir objetivos”. Já o pessoano não vê sentido algum nesse tempo linear, tomado nesse nada em torno do qual seu movimento tergiversa, sem outro objetivo que não o de tergi-

versar. O seu tempo é circular, como o do desejo, mas os seus “pontos de suspensão” são inexistentes.

Essas duas figuras, aliás, definem, como conseqüência de suas diferentes lógicas temporais, duas formas totalmente distintas de relação com a culpa. O bebê enganador se sente falso e profundamente culpável, sonhando sempre com a redenção que poderia lhe conceder o ato da confissão, por exemplo. O bebê pessoano, por sua vez, se sente falso, igualmente, mas sem culpabilidade e, se chega a sonhar, sofre por jamais ter para quem sonhar. Mais do que a enervante inquietude de se descobrir a si mesmo sob a feição de um enganador literalmente irrecuperável, o bebê pessoano vivencia a inquietude de saber-se filho de uma mãe morta que jamais poderia ser envolta na ilusão. Sofrimento este que, se comparado ao do seu colega, desvenda o mesquinho engodo do bebê enganador como prova de que ele não passa de uma vítima galante de uma boa fé por ele mesmo insuspeitada. O bebê enganador lacaniano está bem satisfeito com o que a alucinação de uma mãe que alucina pode lhe dar. O bebê pessoano jamais conheceu sua mãe, e a herança que lhe resta é ser um centro de nada, centro impensável senão por uma geometria do abismo. Quem sabe, talvez seja esta a razão pela qual Soares tanto preza a realidade, quando no fundo, para ele, ela não é mais que outra paisagem, de natureza tão incerta quanto a de um sonho<sup>16</sup>.

Examinemos, por fim, o terceiro tipo de alteridade, esse que, tal como o segundo, é parte indissociável do fenômeno da heteronímia.

### **A impossibilidade da transferência pessoana**

Seria difícil negar que a transferência supõe um reconhecimento prévio. Uma das primeiras abordagens de Freud sobre a trans-

ferência era a de compreendê-la como uma falsa aliança (*falsche Verknüpfung*). Ora, o adjetivo “falso” implica um reconhecimento como necessariamente implícito na “má-fé” do pensamento inconsciente. Em Pessoa, poderíamos conceber que algo como uma “transferência”, nesse sentido, seria impossível, constatada sua incapacidade radical de qualquer reconhecimento. Mas o infantil não insiste apenas no que ele encontrou, como também no que jamais existiu. O outro “real” não será, pois, para Pessoa, a possibilidade primeira de retomar o infantil, e a transferência nessas condições se torna não precária, mas talvez impossível. Não há ausente na ausência de falso-reconhecimento; e a não-aliança como origem inultrapassável jamais permitirá falsas-alianças ulteriores. A seus olhos, o primeiro outro, a mãe, jamais se confundiu com ele, confusão que é a condição única de entrada na existência em companhia de outrem. A existência pessoana jamais firmou aliança com ninguém, e a própria temporalidade fortuita e regularmente híbrida da transferência – como quando o silêncio presente do analista se associa a ausências infantis – não é mais possível. Em Pessoa, os dois tempos – o tempo infantil e o tempo atual – encontram-se aparentemente separados, correndo paralelamente sem jamais se tocarem ou se confundirem. O seu tempo onírico só bebe de suas próprias fontes, de modo quase que completamente autístico. O mundo pessoano é sem peso, e a totalidade da realidade material passa a obedecer uma gravidade lunar, que retém ao mesmo tempo que torna leves os movimentos dos corpos.

O si-mesmo pessoano jamais foi objeto transicional para dois, e jamais substituiu mãe alguma. Na ausência de espelhos mágicos – todos os espelhos são em certa medida mágicos, salvo para os grandes decepcionados como Pessoa –, a imagem especular só traz em si o mesmo enigma de todas as faces. Para aquele a quem o abismo é

único ponto de vista, a própria idéia de um duplo não tem lugar.

Em Pessoa, o reconhecimento parece ser assim uma função psíquica não meramente ausente, mas impossível: ausência de reconhecimento de si na totalidade de seu sistema. Eis por que é inimaginável algo como uma transferência em Pessoa. Pois, uma vez que há um falso-reconhecimento, a transferência existe, e já instaurada como tal. De fato, se a condição estrutural da

Em Fernando  
Pessoa,  
os dois tempos –  
o infantil e o  
atual – encontram-se  
aparentemente  
separados, correndo  
paralelamente,  
sem jamais  
se tocarem ou  
se confundirem.

transferência é também a negação do reconhecimento, uma vez que o outro não é nunca o que é suposto ser, sua instauração, no entanto, implica que o “campo” para o reconhecimento se encontre já instalado. Em outras palavras, apesar de sua condição falsa, o outro já está sempre lá. O solo de um outro alucinável é assim uma condição de pensarmos um interlocutor ausente da transferência. Para Pessoa, contudo, como para Celan, “Ninguém testemunha pela testemunha”<sup>17</sup>, e, nesse caso, as próprias condições de possibilidade da transferência estão ausentes.

No lugar da transferência, surge em Pessoa a abertura a uma forma de alteridade interior. A heteronímia seria, nesse sentido, uma forma de encontro positivo com o outro, encontro análogo, mas não homólogo, ao reencontro do outro na experiência da transferência. O *outrar-se* constitui o modo mais importante do “encontro” com outrem em Pessoa... *O outrar-se é um terceiro modo de alteridade, alteridade interior que não exige a presença material de um outro para que seja eficaz no psiquismo.*

Pessoa tem o hábito de se referir, por exemplo, a Álvaro de Campos como seu “velho amigo” e “companheiro de psiquismo”<sup>18</sup>. Tal condição híbrida não seria análoga àquela outra, freqüente na situação psicanalítica, em que um personagem de sonho ou de lembrança adquire pouco a pouco a espessura de um símbolo de utilização privada, capaz de permitir ao paciente nomear certas repetições?

Assim, a figura de um heterônimo exerceria no psiquismo um papel semelhante ao de um processo de metaforização da neurose de transferência. Mas deve-se notar uma singular simetria inversa entre a metaforização da neurose de transferência e a heteronímia pessoana: enquanto a primeira parte da situação da transferência concreta sobre a pessoa do analista para tornar-se uma figura dotada de uma potência “óptica” interior, um heterônimo é, desde o início, uma figura autóctone e absolutamente associal, – feita da mesma matéria dos sonhos – e que adquire um estatuto de alteridade socializada na medida de sua elaboração literária.

#### **Para além do interlocutor do sonho: o lugar da mãe morta**

A diferença acima descrita entre a origem autóctone do heterônimo e a origem social e encarnada da transferência permite que se reto-

me aqui os argumentos de Pierre Fédida sobre a função metapsicológica da noção de *interlocutor do sintoma* e *interlocutor do sonho*<sup>19</sup>.

Fédida que retoma a transformabilidade dos sintomas em neurose de transferência, faz uma interrogação fundamental: se são capazes de se transformar em transferência, os sintomas não teriam sido sempre dirigidos a alguém? Com efeito, partindo deste processo de deslocamento dos sintomas para o analista, Pierre Fédida infere a existência de um *interlocutor do sintoma*, alteridade pré-transferencial à qual o sintoma estaria originariamente dirigido antes de transformar-se em transferência<sup>20</sup>.

Ora, a transferência vale, nesse sentido, como um *experimentum crucis* que permite que a inferência de um *interlocutor* seja estendida a toda e qualquer formação de compromisso, como, por exemplo, o sonho. Pode-se, assim, considerar a capacidade do sonho de presentificar a memória do infantil – capacidade partilhada com a transferência –, igualmente sob a hipótese de um *interlocutor*. Entretanto, deve-se notar que a negatividade própria à transferência exige que se pense o *interlocutor* enquanto definitivamente estruturado a partir da *ausência*. Assim, se a noção de “ausente” na transferência se refere àquele que, por meio da presença do analista, evoca uma memória do infantil, será igualmente preciso refletir sobre o *interlocutor do sonho* sob a ótica de uma “alteridade ausente”. Do mesmo modo, se a semelhança entre um heterônimo e uma transferência se refere à capacidade de presentificar a memória do infantil, a diferença entre eles implica em conceber diferentes estruturas para o *interlocutor ausente* subjacente a cada um destes tipos de alteridade.

Vejamos, antes de mais nada, a diferença entre a imagem do *interlocutor do sonho* e a do *ausente da transferência*. São duas figuras que diferem, sobretudo, pelo fato de que

Partindo do processo de deslocamento dos sintomas para o analista, Pierre Fédida infere a existência de um *interlocutor do sintoma*.

a primeira é essencialmente “autística”, e a segunda, “haloplástica”. No entanto, ambas implicam o retorno do infantil inconsciente. O interlocutor do sonho seria uma noção metapsicológica suscetível de comportar o que definimos como terceiro tipo de alteridade, e assim distinto da “ausência da transferência” pelo fato de que não há necessidade de uma presença real, podendo invocar a memória do infantil *ab nihil*, ou, em outras palavras, de modo “autístico”.

A *ausência da transferência*, cabe lembrar, não é de todo imaterial, uma vez que é o retorno do infantil, exercido pela *ausência* que depende da pessoa concreta do analista<sup>21</sup>. Dando um passo adiante, mediante analogia com a negatividade da presença do analista, ou, melhor, da *ausência*, Fédida avança a noção de *ninguém* como apoio negativo do interlocutor do sonho<sup>22</sup>.

Notemos, assim, que a noção de *ninguém*, uma vez compreendida como *condição de possibilidade* do interlocutor do sonho, também gravita essencialmente no registro do auto-erotismo. Se a *ausência da transferência* depende da *pessoa do analista* – objeto “heteroerótico” – para operar a memória infantil, o *interlocutor do sonho* depende da noção de *ninguém* como objeto auto-erótico. Nesse sentido, os heterônimos em que Pessoa tem por hábito *se outrar*, os quais, em sua economia autística, se assemelham à noção de interlocutor do sonho, evocariam, pois, a noção de *ninguém* de Pierre Fédida como condição de possibilidade. Contudo, se os tomarmos como essencialmente dependentes da figura da mãe morta, eles evocarão a noção de *ninguém* em sua versão não-erótica, ou seja, *ninguém* enquanto apoio e condição dos vestígios do *investimento fracassado* das identificações pré-objetais.

## A mãe morta como condição da heteronímia

A inquietante familiaridade da heteronímia revela em nós um tempo intemporal, anterior ao tempo cronológico. Tempo de uma morte antes do nascimento, e que instala previamente o real como o traço inexistente do que teria podido ser e não foi. Falsidade, pois, ainda mais radical do que aquela de uma identidade falsa na origem, e mera cicatriz vitalícia do bebê enganador.

Tal ficcionalização desmesurada da subjetividade própria estaria, nesse sentido, em relação com um lugar discursivo, o lugar de *ninguém*. Tal lugar se encarnaria, em Fernando Pessoa, na imagem da *mãe morta*, figura de ausência radical que foi oposta à da mãe insaciável. Diferentemente daquela da mãe morta, a ausência da mãe insaciável é apenas uma ausência discreta, por assim dizer de segundo grau, uma vez que há um desejo, ainda que marcado

Segundo  
Fédida, a situação  
analítica se define  
não a partir das  
constantes empíricas  
supostas pelo  
enquadramento, mas  
dos lugares de  
memória da  
linguagem.

pela impossibilidade de saciedade. Com efeito, a encarnação do lugar de *ninguém* na *mãe morta* não permite a constituição da ilusão de um poder enganar o desejo da mãe, como no caso do bebê enganador de Lacan. É a própria estrutura desejante do discurso, isto é, sua dimensão de ato de palavra comprometido na conquista do desejo maternal, que se vê assim sem uma causa para sua sedução.

O bebê enganador, se pudesse sair de seu deslumbramento e observar-se do ponto de vista do bebê pessoano, descobrir-se-ia de súbito radicalmente privado de seu espectador único: descobriria sua mãe como tendo sempre estado já morta, e todas as mímicas já encenadas para cativá-la se lhe revelariam como definitivamente inúteis antes mesmo de terem sido iniciadas. O bebê enganador se descobriria enganado, mas esse engano se prova-

ria ainda mais perturbador do que o suportado pela mãe alucinatoriamente enganada, pois ele se descobriria vítima solitária de um engodo de ninguém. A magia de suas palavras não teria encantado ninguém além dele mesmo, e isso por uma espécie de efeito secundário, como se o engano de que foi vítima tivesse ocorrido por mero acaso. Esse bebê decepcionado de todo o possível, subitamente condenado a se encontrar desde sempre só, diante de um cuidado infinitamente autístico da palavra por ela mesma, não é outro senão o bebê pessoano.

Se, por um lado, a mãe morta “permite” a Pessoa uma fraca fixação da função do eu, por outro, “permite” também a ficcionalização do mundo. Ora, poderemos então traçar uma analogia com a situação analítica, onde o eu, enquanto sintoma de coagulação defensiva da atividade de rememoração, se opõe à associação livre, esta última compreendida enquanto atividade essencialmente disseminatória, que realiza uma despersonalização a cada recordar. Com efeito, no curso das associações livres, esses dois fenômenos, a fraca fixação do eu e a ficcionalização do mundo estão presentes. A partir daí caberia um interrogar-se sobre o lugar da figura da mãe morta, tanto na situação analítica como na metapsicologia freudiana.

#### **A mãe morta e o lugar de ninguém na experiência analítica**

Ora, a mãe morta parece ser o interlocutor desse processo semi-onírico que é a heteronímia. Interlocutor que estaria na origem da impossibilidade de uma instauração da transferência, uma vez que seria o fundamento de uma não-aliança imemorial.

Seguindo a teorização de P. Fédida, o interlocutor do sonho se posiciona como questão a partir da

capacidade, partilhada pelo sonho e pela transferência, de operar a memória infantil. Tomando o mesmo caminho em sentido inverso, seríamos levados a situar a questão do lugar da mãe morta na situação analítica, ou, em outras palavras, a questão da situação metapsicológica da linguagem na ausência da transferência. Mas haveria ainda “situação psicanalítica” na ausência da transferência?

Segundo P. Fédida, a situação analítica se define não a partir das constantes empíricas que o enquadre supõe, mas dos lugares de memória da linguagem<sup>23</sup>. É-nos então possível posicionar a questão do interlocutor da palavra *não-transferencial*, se antes admitirmos a existência de memórias também do que jamais foi “desejado”. Isto definiria um tipo especial do *imemorial*, não suscetível de se tornar um “conteúdo de lembrança”. O lugar de um interlocutor sem uma memória infantil fundada no desejo definiria uma alteridade do mesmo tipo que a da mãe morta. Tratar-se-ia do lugar de ninguém, mas, numa vertente não-erótica, a partir dos fenômenos não-transferenciais da palavra, em oposição à alteridade transferencial (já desejante) a partir da qual se define o interlocutor do sonho. O *lugar de ninguém* se abriria, a partir da *mãe morta*, como um avesso tanático de sua face auto-erótica.

Se ninguém é o “umbigo” do auto-erotismo e constitui o lugar de alteridade ausente do interlocutor do sonho, a mãe morta, enquanto interlocutor da palavra não-transferencial, será sua outra abertura, e, provindo do avesso do “umbigo”, será ela o umbigo a partir de Tanatos. Deve-se evitar, no entanto, a representação de uma simetria subjacente a essas imagens, pois esses dois “umbigos” talvez não se encontrem jamais, a exemplo do umbigo da mãe que só encontra o da criança nas teorias oníricas de geração.

O *lugar de ninguém* do lado da mãe morta, centro geométrico da palavra não-transferencial, não se-

ria então sugerido pelo lugar que este *outro* ninguém – aquele *ninguém* de que fala Novalis – ocupa em face da língua?

“*Gerade das Eigentümliche der Sprache, daß sie sich bloß um sich selbst bekümmert, weiß keiner.*” O que podemos traduzir literalmente como: “Precisamente o próprio da língua, o fato de que ela só se ocupa de si mesma, ninguém o sabe”. Mas, também o que diria uma tradução mais livre – aproveitando-se da abertura translingüística entre “*keiner*” e “ninguém”: “Ninguém é o único a saber precisamente o mais próprio da língua: que ela se ocupa exclusivamente de si.”

É bem verdade que não se pode mais considerar tal momento psíquico como “psicanalítico” se se crê que a psicanálise tem seus limites lá onde o desejo acaba. Essa hesitação é atual, não obstante as especulações freudianas em *Além do princípio do prazer*, onde se lê que esse “além” é, ao mesmo tempo e sobretudo, um “aquém” do desejo. A pulsão de morte é ali apresentada como um momento psíquico não-erótico cuja “volúpia” é a de um retorno ao inanimado. Como se sabe, as especulações freudianas em torno da pulsão de morte se enraízam no fato de que o princípio do prazer não explica certos fenômenos clínicos. Tal fato legitima tais especulações a receberem tanto ou mais atenção que aquelas sobre os destinos do desejo.

A ausência da transferência, ou mais precisamente a não-transferência, é assim um dos momentos constitutivos da palavra na situação analítica. Isso não só nas análises ditas difíceis, mas também no que se compreende por discurso neurótico. O interesse da noção de mãe morta é, antes mais nada, o de abrir a escuta para esse momento psíquico fundamentalmente negativo, constitutivo da fenomenalidade da psicanálise. Cabe assim notar que as distinções que fizemos não constituem uma “nosologia tipológica”,

mas sim lugares metapsicológicos da palavra na situação analítica. E contudo, é preciso considerar a hipótese de que certos pacientes nos inserem de maneira mais crítica em tal momento não-transferencial no interior mesmo da transferência. O trabalho “clínico” nessas condições é então, sem dúvida, muito mais difícil, talvez porque negue nosso “corpo teórico”, expressão que indicaria o estado já avançado de decomposição da verdade das metáforas com que, supõe-se, trabalhamos.

Se há ainda um lugar possível para o analista nessas condições, tal lugar deve se pautar por uma delicada solicitude com respeito às alteridades para não se deixar nelas fixar. Em princípio, todas as posições de alteridade podem ser ocupadas na contratransferência “respondendo” à ausência da transferência: mãe “histericamente” insaciável, mãe morta, mas também o lugar tanático de ninguém, cujo saber é o de uma dupla solidão: a de não ser o mais próprio da língua e a de ser o único a sabê-lo.

Se o analista sofre constantemente a ameaça de que suas palavras se tornem “diálogo”, cabe lembrar que, no pólo oposto de sua escuta, o aguarda em permanência o risco de uma queda estática no abismo de um reconhecimento impossível. Que nos deixemos tornar ninguém, que nos deixemos descobrir como mãe morta, supõe a ternura com o negativo que Fédida soube ter. Uma peculiar ternura com memórias de não-lugares, com os traços do que nunca existiu, ternura com a proximidade da mãe morta, de modo que sua distância enigmática fosse seu carinho próprio. Fédida nos mostrou que o mais próprio da palavra em situação analítica não pode ser compreendido senão ao preço de ficarmos surdos a todos os silêncios dirigidos a uma mãe morta. Talvez cuidasse assim da familiaridade profundamente inquietante entre o silêncio de uma escuta da palavra por si própria, o silêncio

aberto sobre o qual flutua a linguagem em psicanálise, e o gélido sopro imóvel de palavras jamais proferidas por uma mãe morta. ■

## NOTAS

1. N. da Silva Junior, “A ficcionalidade da Psicanálise. Hipótese a partir do Inquietante em Fernando Pessoa”. In G. Bartucci (org.), *Literatura, psicanálise e estéticas de subjetivação*. Imago, Rio de Janeiro, 2001, pp. 289-320.
2. “O si”, escreve J.-B. Pontalis, “não é o centro; tampouco é o inacessível, escondido em alguma parte nos recônditos do ser. Ele se encontra no entre-dois do fora e do dentro, do eu e do não-eu, da criança e de sua mãe, do corpo e da palavra.” J.-B. Pontalis; “Naissance et reconnaissance du soi”, in *Entre le rêve et la douleur*. Ed. Gallimard, 1977, p. 159-189, p. 180.
3. J.-B. Pontalis; “Naissance et reconnaissance du soi” in: *Entre le rêve et la douleur*. Gallimard, 1977, p. 180.
4. N. da Silva Junior, “Modelos de subjetividade em Fernando Pessoa e Freud. Da catarse à abertura de um passado imprevisível”, in M. E. C. Pereira (org.), *Leituras da Psicanálise. Estéticas da Exclusão*. Campinas, Mercado de Letras, Associação Brasileira de Leitura. 1998. págs. 119-146
5. N. da Silva Junior, “Um estado de alma é uma paisagem. Explorações da espacialidade em Fernando Pessoa e Freud”, *Percurso Revista de Psicanálise*, n. 14, São Paulo, 1995, p. 26-34.
6. F. Pessoa, *O Livro do Desassossego*. Companhia das Letras, São Paulo, 1999, p. 103.
7. J. Lacan, *La relation d'objet. Le Séminaire Livre IV*, Editions du Seuil, 1994, p. 194.
8. F. Pessoa, *O Livro do Desassossego...*, op. cit.
9. F. Pessoa, *O Livro do Desassossego*, Companhia das Letras, São Paulo, 1999, p. 218.
10. N. da Silva Junior, “A ficcionalidade da Psicanálise...”, op. cit.
11. E. Lévinas, *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*. Kluwer Academic, Paris 1974.
12. F. Pessoa, *O Livro do Desassossego*. op. cit., pp. 257-258.
13. Cf. Silva Junior, N. “Um abismo fonte do olhar. A pré-perspectiva em Odilon Moraes e a abertura da situação analítica”, in *Percurso Revista de Psicanálise*, nº 23, São Paulo, 1999.
14. P. Fédida, “D'une essentielle dissymétrie dans la psychanalyse”. In: *L'absence*, Gallimard, Paris, 1978, p. 257.
15. F. Pessoa, *O livro do desassossego*, op. cit., pp. 157-158
16. Cf. N. da Silva Junior, “Um estado de alma é uma paisagem...”, op. cit.
17. “Niemand zeugt für den Zeuge”.
18. Carta a Fernandes Lopes 26/4/1919, in J. Blanco, *Pessoa em Pessoa. Lettres et documents*, Editions de la Différence. 1986.
19. P. Fédida, *Passé anachronique et présent réminiscent*, “L'Écrit du temps”, nº 10, 1985, p. 45
20. Fédida, P. “Structure théorique du symptôme. L'interlocuteur”. In: *Crise et contre-transfert*, Presses Universitaires de France Paris, 1992, p. 257.
21. P. Fédida, “Structure théorique du symptôme. L'interlocuteur”, op. cit., p. 257.
22. P. Fédida, “Auto-érotisme et autisme. Conditions d'efficacité d'un paradigme en psychopathologie”. In *Crise et contre-transfert*, Presses Universitaires de France Paris, 1992, pp. 267-286. Cit. p. 278.
23. P. Fédida, *Passé anachronique et présent réminiscent*, op. cit., p. 29.